

Bom Dia CONTRASP



Edição 614 - Terça - feira, 02 de junho de 2020



CURITIBA: SINDICATO VAI AUXILIAR VIGILANTE PARA POSSÍVEL SAQUE DO FGTS DURANTE A PANDEMIA

Terão direito ao recurso os trabalhadores que estão passando por dificuldades



Sindicato vai auxiliar vigilante para possível saque integral do FGTS durante a pandemia



Por conta da pandemia o trabalhador pode entrar na justiça para solicitar o saldo do Fundo de Garantia por tempo de serviço. Para os vigilantes, o SindVigilantes Curitiba criou um canal direto para assessorar os trabalhadores que tiverem interesse em receber orientações a respeito do assunto. Mande mensagem via Whatsapp para o número 41 99610-3820.

Para ter direito ao saque muitos trabalhadores estão usando a lei de calamidade pública para conseguir ganhar na Justiça saque total do FGTS; e os juízes estão dando ganho para essas causas e autorizando a liberação imediata do valor integral do recurso.

Em recente decisão no Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, na região de Campinas, o Desembargador Guilherme G Feliciano do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, entendeu que o trabalhador tem direito ao saque total do fundo. Ele afirma que “os depósitos de FGTS pertencem ao trabalhador, sendo a Caixa Econômica Federal mera depositária, com base na lei 8.036/1990. “

Outra decisão favorável aconteceu em Santa Catarina, a Juíza Patrícia P de Santana, da 1ª Vara do Trabalho de Lages, autorizou a uma trabalhadora o saque integral do recurso.

Neste momento delicado em que muitos trabalhadores estão passando dificuldades devido a pandemia, queremos ajudar você.

Entre em contato pelo Whatsapp 4199610-3820.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Curitiba

IPCA-15 CAI 0,59% EM MAIO, MAIOR DEFLAÇÃO DESDE O INÍCIO DO PLANO REAL



Influenciada pela queda nos preços dos combustíveis, a prévia da inflação de maio registrou -0,59%, a deflação mais intensa desde o início do Plano Real, em julho de 1994. A gasolina, com queda de 8,51%, foi o item que apresentou o maior impacto individual negativo, contribuindo com -0,41 ponto percentual no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15

(IPCA-15), divulgado hoje (26) pelo IBGE. É a segunda deflação seguida do IPCA-15, que registrou -0,01% em abril.

A retração de 8,54% dos combustíveis também foi influenciada pela queda nos preços do etanol (-10,40%), do óleo diesel (-5,50%) e o gás veicular (-1,21%). As passagens aéreas, que assim como os combustíveis fazem parte do grupo Transportes (que tem o maior peso no consumo das famílias), tiveram queda de 27,08%, após subirem 14,83% em abril. Este grupo apresentou a maior deflação do mês.

No ano, o IPCA-15 acumula alta de 0,35% e, em 12 meses, a variação acumulada foi de 1,96%, abaixo dos 2,92% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2019, a taxa foi de 0,35%.

Houve desaceleração no grupo Alimentos e bebidas, que registrou 0,46%, contra 2,46% do mês anterior. A principal influência no resultado desse grupo foram os alimentos para consumo no domicílio, que passaram de 3,14% em abril para 0,60% em maio.

A cebola foi o alimento com maior alta (33,59%), seguida da batata inglesa (16,91%) e do feijão carioca (13,62%). Já o preço da cenoura, que tinha subido 31,67% no último IPCA-15, caiu 6,41%. As carnes (-1,33%) acentuaram a queda em relação ao mês anterior (-0,27%). A alimentação fora do domicílio, que inclui os serviços de delivery (sem considerar a taxa de entrega), também desacelerou de abril (0,94%) para maio (0,13%), especialmente por conta do lanche (0,64%), cujos preços haviam subido 3,23% no mês anterior.

A segunda maior variação positiva no índice do mês veio do grupo Artigos de residência (0,45%), com destaque para as altas dos itens de tv, som e informática (2,81%) e dos eletrodomésticos e equipamentos (0,89%). No lado das quedas, a maior contribuição negativa (-0,02 p.p.) veio dos itens de mobiliário (-1,82%), embora a queda em maio tenha sido menos intensa que a registrada no IPCA-15 de abril (-4,00%).

Com retração de 0,27%, o grupo Habitação contribuiu com -0,04 p.p para o índice do mês. A maior influência dessa queda veio da energia

elétrica (-0,72). Outros itens do grupo que tiveram queda foram o gás de botijão (-1,09%) e o gás encanado (-0,36%). Já a taxa de água e esgoto variou 0,04%.

Todas as 11 regiões pesquisadas tiveram deflação em maio. O maior índice foi na região metropolitana de Fortaleza (-0,23%), influenciado pela alta de alguns itens alimentícios, como a cebola (43,87%) e as carnes (2,94%). Já o menor resultado foi na região metropolitana de Curitiba (-1,12%), causado pela queda nos preços dos combustíveis (-10,86%), especialmente da gasolina (-10,35%), e das passagens aéreas (-24,48%).

Os preços foram coletados no período de 15 de abril a 14 de maio de 2020 (referência) e comparados com aqueles vigentes de 17 de março a 14 de abril de 2020 (base). Em virtude da pandemia de Covid-19, o IBGE suspendeu, no dia 18 de março, a coleta presencial de preços. A partir dessa data, os preços passaram a ser coletados por outros meios, como pesquisas em sites de internet, por telefone ou e-mail.

Fonte: Agência IBGE

O que é a deflação?

Deflação é o termo utilizado para definir um cenário econômico de queda generalizada dos preços. Ao contrário dos períodos de alta inflação, por exemplo, em que os consumidores vão ao supermercado e se deparam com produtos cada dia mais caros, na deflação uma grande gama se torna continuamente mais barata.

A deflação é uma conjuntura que decorre de desequilíbrios nas relações de consumo - ou seja, a oferta de bens e serviços no mercado se torna maior do que o número de clientes demandando por ele. À primeira vista, isso é ótimo, não? Apostamos que você adoraria ir às compras hoje e encontrar os seus itens avaliados com preços menores. Contudo, na prática, deflação não costuma ser comemorada.

A verdade é que períodos deflacionários atuam como resultado de situações críticas na economia, em especial de sérias recessões. Afinal, alguns dos motivos para que a demanda caia de forma generalizada são o desemprego e a retra-

ção de investimentos empresariais - uma queda forçada no consumo pela queda da renda.

Na economia brasileira, a deflação é extremamente pontual (sendo apontada pelo IPCA e outros índices em alguns meses específicos). Ao redor do mundo, no entanto, ela já se prolongou durante grandes crises - inclusive durante a Grande Depressão de 1929.

Como funciona a deflação?

Como te contamos na seção anterior, a deflação não é lá tão positiva quanto imagina-se. Pelo contrário, os elementos negativos atrelados à ela estão presentes em suas causas e em seus efeitos.

No que tange às causas, há um conjunto de fatos econômicos que levam os preços a caírem. Para entendê-los, vamos visualizar como as relações de consumo acontecem de forma comum.

Primeiro, o produtor identifica uma necessidade dos clientes e se questiona se há como fornecer a solução para saciá-la. Em seguida, realiza um levantamento para descobrir quanto às pessoas estariam dispostas a pagar por esse produto. Pela lógica, quanto mais necessários e exclusivos esses itens são, maior é o seu preço.

E a sua “exclusividade” não diz respeito apenas à capacidade produtiva daquele produtor, mas também de quantos outros o oferecem no mercado formando a concorrência.

Se o número de pessoas procurando pelo produto é maior do que a quantidade ofertada, os produtores têm mais liberdade para se impor na precificação. Contudo, quando a procura cai, eles são obrigados a diminuir o valor cobrado como uma tentativa de atrair o cliente e evitar a acumulação de estoque.

Quando essa diminuição de preços atinge vários itens e por um período prolongado, a deflação aparece. Mas você já parou para pensar no porquê das pessoas e das companhias deixarem de comprar? Isso acontece, em geral,

por uma diminuição na sua própria renda, seja no salário, seja no faturamento. Elas se tornam mais controladas e mais conservadoras com o próprio dinheiro, visto que têm menos dele em sua posse.

Ainda assim, com a deflação instaurada, novos desafios surgem - são os tais “efeitos deflacionários”. Sabendo que os preços estão caindo, os consumidores se sentem compelidos a deixar de comprar agora e esperar que eles caiam ainda mais no futuro. Essa tática derruba os preços continuamente e incentiva a acentuação da desaceleração econômica, em um ciclo deflacionário.

Qual é a diferença entre deflação, inflação e desinflação?

Além da deflação, existem mais dois processos comuns no comportamento dos preços: a inflação e a desinflação.

Essa primeira já é conhecida até mesmo do consumidor médio brasileiro. A inflação nada mais é do que um aumento generalizado nos valores praticados no mercado de bens e serviços, atuando como um oposto da deflação.

A desinflação, por outro lado, é uma incógnita para muitos, mas a sua definição é bem simples. A desinflação é um processo de desaceleração no aumento dos preços. Preste atenção! Não se trata de deflação, pois nesse caso o aumento ainda ocorre: ele é apenas menos acelerado quando comparado à tendência seguida previamente pelo movimento inflacionário.



Presidente: João Soares
Secretaria de Imprensa e Comunicação: Dayane de Oliveira
Produção e Arte Finalista: Regina Domingues
Diagramação e Arte: Amauri Azevedo